



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 885-A, DE 2025

(Do Sr. Duda Ramos)

Altera a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir nova hipótese de demissão por justa causa para os empregados domésticos que praticarem atos relacionados a maus-tratos de animais domésticos; tendo parecer da Comissão de Trabalho, pela aprovação, com substitutivo (relatora: DEP. DAYANY BITTENCOURT).

DESPACHO:

**ÀS COMISSÕES DE
TRABALHO;**

**MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)**

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Trabalho:

- Parecer da relatora
- Substitutivo oferecido pela relatora
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Duda Ramos** - MDB/RR

Apresentação: 11/03/2025 18:35:30.730 - Mesa

PL n.885/2025

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. DUDA RAMOS)

Altera a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir nova hipótese de demissão por justa causa para os empregados domésticos que praticarem atos relacionados a maus-tratos de animais domésticos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir nova hipótese de demissão por justa causa para os empregados domésticos.

Art. 2º O art. 27 da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, passa a vigorar acrescido do inciso XIII:

“Art. 27
.....
.

XIII - ato de abusar, maltratar, ferir ou mutilar animais domésticos do empregador ou de sua família.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Pesquisa Nacional de Saúde realizada pelo IBGE em 2019¹ mostrou “que 46,1% dos domicílios do País possuíam pelo menos um cachorro (44,3% em 2013), o equivalente a 33,8 milhões de unidades domiciliares”. A mesma pesquisa evidenciou que 19,3% dos domicílios do Brasil possuíam pelo

¹ Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101748>. Acesso em: 18 fev. 2025.



menos um gato (em 2013, 17,7%), o equivalente a 14,1 milhões de unidades domiciliares.

Assim, é inegável a crescente importância dos animais domésticos em nossa sociedade, os quais atualmente são costumeiramente tratados como legítimos integrantes da família.

Nesse contexto, a presente proposta visa incluir o “ato de abusar, maltratar, ferir ou mutilar animais domésticos do empregador ou de sua família” como hipótese de justa causa para empregados domésticos, reconhecendo que esse tipo de postura quebra completamente a confiança e a ética que se esperam de um trabalhador.

A proposição entra em sintonia com as progressivas políticas de proteção aos animais que vêm sendo desenvolvidas pelo poder público, citando-se, como exemplo, a Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020, que aumentou “as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato”.

Além disso, a proposta dá maior amplitude à elogiável e inspiradora ideia originalmente apresentada pelo Deputado Federal Ricardo Izar (PP/SP) no Projeto de Lei Complementar nº 313/2016, já que não limita a nova hipótese de justa causa aos abusos, maus-tratos, ferimentos ou mutilações apenas dos animais domésticos da residência em que o empregado doméstico presta serviços, mas sim abarca todos os atos de abusos, maus-tratos, ferimentos ou mutilações a “animais domésticos do empregador ou de sua família”, independentemente de os animais domésticos vitimados serem ou não vinculados à residência em que o empregado doméstico presta serviços.

Por fim, esclarece-se que a Lei Complementar nº 150/2015, na parte em que regula a relação de trabalho doméstico, não é materialmente uma lei complementar, mas sim uma lei ordinária, podendo, desse modo, ser modificada por mera lei ordinária, consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal².

² “Embargos de divergência em agravo regimental em recurso extraordinário. [...] 4. **Inexistência de relação hierárquica entre lei ordinária e lei complementar.** Questão exclusivamente constitucional relacionada à distribuição material entre as espécies legais. Precedentes. 5. A Lei Complementar 70/91 é apenas formalmente complementar, mas materialmente ordinária, com relação aos dispositivos



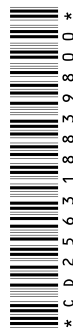
Assim, tendo em vista o aprimoramento normativo e os avanços que podem ser alcançados por meio da corrente proposição, solicita-se o apoio dos demais Deputados Federais para aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 11 de março de 2025.

Deputado DUDA RAMOS

2024-17830

concernentes à contribuição social por ela instituída. ADC 1 - Moreira Alves, RTJ 156/721. 6. Embargos de divergência aos quais se dá provimento." (RE 509300 AgR-EDv, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 17-03-2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-122 DIVULG 13-06-2016 PUBLIC 14-06-2016)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE
JUNHO DE 2015**

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2015/leicomplementar-150-1junho-2015-780907-norma-pl.html>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

COMISSÃO DE TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº 885, DE 2025

Altera a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir nova hipótese de demissão por justa causa para os empregados domésticos que praticarem atos relacionados a maus-tratos de animais domésticos.

Autor: Deputado DUDA RAMOS

Relatora: Deputada DAYANY BITTENCOURT

1 - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 885, de 2025, de autoria do Deputado Duda Ramos (MDB/RR), que altera a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir nova hipótese de demissão por justa causa para os empregados domésticos que praticarem atos relacionados a maus-tratos de animais domésticos.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

O projeto não possui apensos e, ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

O projeto foi distribuído às Comissões de Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

É o relatório.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

2 - VOTO DA RELATORA

Cabe a esta Comissão, nos termos do inciso XXVIII do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), manifestar-se sobre o mérito da proposição em relação aos direitos do trabalho. Nesse contexto, passa-se à análise do Projeto de Lei nº 885, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir nova hipótese de demissão por justa causa para os empregados domésticos que praticarem atos relacionados a maus-tratos de animais domésticos.

Primeiramente, é importante destacar que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 50%¹ dos lares brasileiros possuem pelo menos um animal de estimação, evidenciando a importância desses seres no cotidiano das famílias. Além disso, levantamentos de organizações governamentais²³ apontam um crescimento significativo nos registros de violência contra animais, o que demanda medidas legais mais efetivas.

Conforme afirma o autor do Projeto de Lei:

Nesse contexto, a presente proposta visa incluir o "ato de abusar, maltratar, ferir ou mutilar animais domésticos do empregador ou de sua família" como hipótese de justa causa para empregados domésticos, reconhecendo que esse tipo de

¹ É o bicho! Dia do Pet: mais de 50% dos lares brasileiros têm cães ou gatos, disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/e-o-bicho/dia-do-pet-mais-de-50-dos-lares-brasileiros-tem-caes-ou-gatos>

² A cada 24 horas, 2 casos de maus-tratos contra cães e gatos foram registrados em 2024 no RJ, diz ISP, disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/03/14/a-cada-24-h-2-casos-de-maus-tratos-contra-caes-e-gatos-foram-registrados-em-2024-no-rj-diz-isp.ghtml> >

³ Violência contra animais preocupa o DF e mobiliza tutores e ONGs, disponível em: < https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2025/04/7102471-maus-tratos-a-animais-deixam-df-em-alerta.html#google_vignette >





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

postura quebra completamente a confiança e a ética que se esperam de um trabalhador.

A proposição entra em sintonia com as progressivas políticas de proteção aos animais que vêm sendo desenvolvidas pelo poder público, citando-se, como exemplo, a Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020, que aumentou "as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato".

Conforme informa o autor, o presente Projeto de Lei ao buscar tipificar expressamente os maus-tratos a animais como hipótese de justa causa no âmbito do trabalho doméstico, representa um avanço significativo na proteção jurídica dos animais, tema que vem ganhando crescente relevância social e jurídica. A iniciativa é meritória, pois reforça o combate a condutas abusivas no ambiente doméstico, onde a relação de confiança entre empregador e empregado é essencial. No entanto, uma análise mais aprofundada revela que a proposta poderia ser ampliada para abranger situações mais complexas e garantir uma proteção mais efetiva e coerente com os princípios que inspiram a legislação protetiva dos animais.

Atualmente, a Lei Complementar nº 150/2015 já prevê, em seus incisos X e XI do art. 27, que constitui justa causa a prática de "ato lesivo à honra ou à boa fama" do empregador ou de sua família. Em uma interpretação sistemática, é possível argumentar que os maus-tratos contra animais domésticos se enquadram nessa previsão, uma vez que tais atos configuram conduta gravemente reprovável, capaz de abalar a confiança e o bom convívio no ambiente familiar. Apesar disso, a explicitação dessa hipótese no texto legal, conforme proposto pelo PL nº 885/2025, é medida que merece apoio, pois confere maior segurança jurídica, evitando





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

divergências interpretativas e garantindo aplicação uniforme da norma.

Contudo, entende-se que a justa causa por maus-tratos a animais não deve restringir-se apenas aos empregados domésticos. Faz-se necessário estender essa previsão a todos os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ressalvadas as hipóteses em que o contato com animais seja inerente à atividade laboral, como ocorre em frigoríficos, granjas ou serviços de controle de pragas. Além disso, a proteção legal não pode limitar-se apenas aos animais de propriedade do empregador, devendo alcançar todos os animais, independentemente de sua titularidade, desde que a conduta do empregado configure crueldade ou abuso.

Para que a proposição atinja seu objetivo de forma mais efetiva e abrangente, propõe-se um Substitutivo que amplie seu alcance e refine seus termos. **Em primeiro lugar**, sugere-se a inclusão da hipótese de justa causa por maus-tratos não apenas na Lei Complementar nº 150/2015, mas também no art. 482 da CLT, estendendo sua aplicação a todos os trabalhadores, exceto naqueles casos em que o manejo de animais seja parte essencial da função. **Em segundo lugar**, recomenda-se adotar a definição de maus-tratos já consolidada pela Lei nº 14.064/2020 (Lei Sansão), que tipifica como conduta criminosa os atos de abuso, agressão ou negligência contra animais domésticos. **Por fim**, defende-se que a proteção legal abrange não apenas animais domésticos, mas todos os animais, desde que a conduta do empregado caracterize crueldade ou tratamento abusivo.

Em síntese, o projeto em análise é relevante e oportuno, alinhando-se ao crescente reconhecimento jurídico e social dos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

direitos dos animais. No entanto, para que sua eficácia seja plena, é fundamental aprimorar seu texto, ampliando seu alcance e garantindo maior coerência com o ordenamento jurídico vigente. A adoção dessas melhorias assegurará que a norma cumpra seu propósito de forma justa e equilibrada, protegendo tanto os interesses legítimos dos empregadores quanto o bem-estar animal, valor cada vez mais consolidado em nossa sociedade.

2.1 – CONCLUSÃO DO VOTO

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 885, de 2025, na forma do Substitutivo em anexo.

Salas das Comissões, em 13 de junho de 2025.


Deputada **DAYANY BITTENCOURT**
Relatora





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

COMISSÃO DE TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº 885, DE 2025

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir nova hipótese de rescisão contratual por justa causa em decorrência da prática de maus-tratos a animais.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir nova hipótese de rescisão contratual por justa causa em decorrência da prática de maus-tratos a animais.

Art. 2º O art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art. 482

.....

n) ato de abusar, maltratar, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos."
(NR)

§1º

§2º O disposto na alínea 'n' não se aplica quando a interação com animais seja inerente à atividade laboral desempenhada pelo empregado." (NR)

Art. 3º O art. 27 da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, passa a vigorar acrescido do inciso XIII:

"Art. 27

.....





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

XIII - ato de abuso, maltratar, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.”
(NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salas das Comissões, em 13 de junho de 2025.


Deputada **DAYANY BITTENCOURT**
Relatora





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº 885, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, em reunião ordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 885/2025, com Substitutivo, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Dayany Bittencourt.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Leo Prates - Presidente, Leonardo Monteiro e Geovania de Sá - Vice-Presidentes, Alfredinho, André Figueiredo, Bohn Gass, Duarte Jr., Erika Hilton, Luiz Carlos Motta, Ricardo Maia, Vicentinho, Vinicius Carvalho, Airton Faleiro, Daniel Almeida, Dayany Bittencourt, Erika Kokay, Fernanda Pessoa, Flávia Moraes, Joaquim Passarinho, Leônidas Cristino, Lucas Ramos, Luiz Gastão, Paulinho da Força, Reimont, Rogéria Santos, Sanderson, Socorro Neri, Soraya Santos e Túlio Gadêlha.

Sala da Comissão, em 09 de julho de 2025.

Deputado LEO PRATES
Presidente





**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CTRAB
AO PROJETO DE LEI Nº 885, DE 2025**

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir nova hipótese de rescisão contratual por justa causa em decorrência da prática de maus-tratos a animais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir nova hipótese de rescisão contratual por justa causa em decorrência da prática de maus-tratos a animais.

Art. 2º O art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 482

.....

n) ato de abusar, maltratar, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.” (NR)

§1º

§2º O disposto na alínea ‘n’ não se aplica quando a interação com animais seja inerente à atividade laboral desempenhada pelo empregado.” (NR)

Art. 3º O art. 27 da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, passa a vigorar acrescido do inciso XIII:

“Art. 27

.....





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO**

XIII - ato de abuso, maltratar, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.” (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 9 de julho de 2025.

Deputado **LEO PRATES**
Presidente

Apresentação: 10/07/2025 16:40:56.193 - CTRAB
SBT-A 1 CTRAB => PL 885/2025

SBT-A n.1

